



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10767 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 13 - Educação de Jovens e Adultos

AS POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO CONTEXTO PÓS-INDEPENDÊNCIA EM ANGOLA

Gilson Lubalo Pembele - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES DS

AS POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO CONTEXTO PÓS-INDEPENDÊNCIA EM ANGOLA

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa de mestrado e se inscreve no contexto das “políticas de alfabetização para a educação de adultos no contexto pós-independência em Angola”. O estudo buscou responder a seguinte questão/problema: Quais as políticas públicas de alfabetização para a educação de adultos após o processo de independência em Angola? Para a concretização de tal problemática o objetivo geral consistiu em compreender as políticas públicas de alfabetização de adultos no período do pós-independência de Angola. Para tanto, foram: a) situados os referenciais documentais e teóricos sobre os processos históricos de Angola e do analfabetismo nesse país; b) o mapeamento e análise de documentos oficiais, legais e de orientações, e as ações realizadas para estratégias políticas para superar os altos índices de analfabetismo em Angola e, por último, c) foram discutidas as diferentes políticas de alfabetização de adultos com base nos documentos oficiais e do representante da Direção Nacional para a Educação de Adultos em Angola.

Trata-se de um estudo qualitativo, de carácter documental e bibliográfico, em que para a construção do estudo foram consultadas diversas fontes e realizada a análise de conteúdo de, desde estudos acadêmicos e documentos, além de dados empíricos coletados mediante a aplicação de questionário on-line.

O país (Angola) em que se situa o contexto da pesquisa, faz parte da comunidade de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Encontra-se localizado abaixo da

linha sul do equador, na denominada região África subsariana, ao sudoeste do continente. A sua costa “se estende por 1.650 km. A sua fronteira terrestre é de 4.837 km. O seu comprimento máximo, no sentido Norte-Sul, é de 12.77 km. A sua largura máxima, no sentido leste, é de 1.236 km” (NDOMBELE, 2017, p. 33) e a extensão territorial de 1 246 700 km², ocupando com isso a colocação de terceiro maior país da região África subsariana e o posto de quinto maior de África em geral.

A independência angolana foi proclamada em 11 de novembro de 1975 em seguida a realização do evento de Acordo de Alvor (a 15 de janeiro de 1975) que contou com a presença do governo português e dos três maiores movimentos políticos/militarizados de Angola (MPLA, UNITA e a FNLA). Nesse período, o país apresentava uma das piores taxas de analfabetismo de África e do mundo, considerando o fato que apenas 15% de toda população sabia ler, escrever além de possuir conhecimentos básicos de tabuada. Sendo que a parte majoritária corresponde aos 85%, era considerada analfabeta. Foi em vista desse fato que no ano a seguir a proclamação da independência administrativa (1976), o constituído governo/MPLA através do discurso proferido pelo nacionalista António Agostinho Neto a 22 de novembro de 1976, torna oficial os trabalhos referentes a campanha de alfabetização em nível nacional. A campanha de alfabetização processada pelo governo/MPLA portou, na época, a finalidade de assegurar o acesso ao ensino de letras e de tabuada para esmagadora população excluída pela política educativa colonial. Portanto, importa memorar que na época o principal fator que fez intensificar e acelerar a campanha, foi o elevado índice de analfabetismo que assolava a sociedade angolana (correspondendo a 85% da população economicamente ativa em 1975, sendo que 70% eram mulheres) (PATATAS, 2016) e da aplicação da respectiva política de formação que apresenta a proposta de formação de um novo indivíduo angolano. Segundo apontaram alguns autores (MENDES; ALVES; CARVALHO, 2015, p. 1009), a campanha “[...] declarava a alfabetização como um ponto prioritário para o desenvolvimento político, económico e social”, bem como também “se tornou uma ferramenta de resistência contra os discursos coloniais cujo ensino não estava voltado para os angolanos autóctones”, segundo Curiminha (2019, p. 74).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de investigação de revisão de bibliográfica, análise documental e de análise de dados empíricos, que resultaram da aplicação de questionário on-line encaminhado ao Diretor do setor de EJA em Angola, representante do Ministério da Educação de Angola (MED). Com maior aproximação aos objetivos definidos, no trabalho optou-se pela pesquisa do tipo exploratória, considerando que “este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior finalidade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 35).

No tocante à revisão bibliográfica, o estudo assenta-se com base em uma consulta amparada e alicerçada na literatura existente, sobretudo aquela que dá embasamentos aos tópicos levantados e enunciados pelos objetivos do estudo para a compreensão da educação e

das políticas de alfabetização de adultos em Angola. Segundo Gil (2002), esse tipo de fonte bibliográfica tem como referência básica livros, teses de doutorado, dissertação de mestrado, artigos científicos, material impresso etc. O procedimento inicial traçado para a corporificação do trabalho, foi de conhecer por meio da literatura existente estudos que oferecem informações de referência sobre o contexto de Angola de modo geral e de alguns processos históricos, perpassando desde os fatos sobre a cultura, história política, história da educação, entre outros assuntos que foram resumidamente documentados ao longo do trabalho. Cabe salientar que realizou-se também uma pesquisa do tipo *estado do conhecimento*, de base bibliográfica, tem como objetivo a realização de um mapeamento que possibilitou a aproximação do pesquisador com o acervo do campo de produção de um setor específico de conhecimento, no qual obtém-se informações que justifica o motivo da escolha da proposta de estudo. No que diz respeito à análise documental, o suporte conceitual utilizado para a análise de documento atendeu ao princípio do método de *análise documental* proposto por Bardin (1977). A proposta da referida autora considera o documento como fonte primária, ou seja, como material original à semelhança de um petróleo cru, bruto, que para se determinar o seu valor e utilidade, o material precisa passar por um método que por meio dele pode ser derivado outras variedades de produtos. Nesse sentido, para a proposta de análise documental que o trabalho se propôs a desenvolver, primeiramente realizou-se um mapeamento e, conseqüentemente, a análise dos respectivos documentos encontrados, dentre os quais, a Constituição da República (2010), em que se procurou compreender o que situa o referido documento a respeito do direito à educação no contexto da sociedade que envolve a pesquisa, bem como alguns documentos legislativos de Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, aprovados e anunciados em diferentes períodos e contextos. Entre os quais, nomeiam-se: LBSE n. ° 13/01, de 31 de dezembro de 2001; LBSEE n. ° 17/16, de 7 de outubro de 2016; LBSEE n. ° 32/20, de 12 de agosto de 2020. Por outro lado, a aplicação de questionário on-line teve como objetivo a coleta de dados empíricos, tendo permitido conhecer os percursos das atividades desempenhada pelo MED perante o processo de enfrentamento ao analfabetismo e da “recuperação” do atraso escolar no seio da sociedade africana.

DISCUSSÃO

Angola é um país localizado na região África subsariana que alcançou a independente administrativa desde a metade da década de setenta, exatamente desde 11 de novembro de 1975. Desse período diante, o Estado angolano desenvolve e implementou diferentes ações para melhorar as condições de vida dos cidadãos e país, apesar que parte dessas ações foram implementadas em dificuldades, provocados pela guerra civil (1975-2002). Atualmente, corridos vinte anos, a luta parece não ter fim. O analfabetismo ainda convive no ambiente de cerca de 4676900 angolanos.

A educação ela em si não conseguirá retirar os cidadãos da condição de iletrados e conseqüentemente promover o desenvolvimento do país, se parte do que foi pontuado na presente dissertação for ignorado ou, então, não ser atendido. Propusemos a apresentar uma

abordagem que se inscreve no contexto que envolvem as “políticas de alfabetização para a educação de adultos no contexto do pós-independência em Angola”. O objetivo do estudo foi de procurar responder a seguinte questão/problema: quais as políticas públicas de alfabetização para a educação de adultos após o processo de independência de Angola? Dessa forma, para a construção do estudo foram consultadas diversas fontes, desde bibliográficas, documental além da análise de dados coletados que resultaram da aplicação de questionário on-line.

Para a concretização dos objetivos definidos, o trabalho desenvolveu-se e apresentado em seis capítulos. No capítulo inicial, é apresentada uma descrição pessoal do pesquisador justificando a sua aproximação com o assunto proposto, a problematização, a metodologia e os resultados do mapeamento sobre estudos que se aproximam ao tema (por meio de estado de conhecimento). Já no segundo, apontou algumas reflexões e apontamentos sobre a história de Angola e alguns processos históricos e políticos. O terceiro capítulo trata da história da educação de Angola e seus processos políticos, além dos processos que ditam a campanha de enfrentamento ao analfabetismo no país. O capítulo quatro, traz contribuições conceituais a respeito do entendimento sobre políticas e “políticas públicas” de modo geral e, especificamente, do contexto angolano implementadas para o sistema educativo. O capítulo quinto, trata sobre os dispositivos e planos estratégicos legislativos implementados para organizar o sistema educativo angolano além do enfrentamento do analfabetismo e redução do “atraso escolar”. O capítulo seis destina-se analisar dados empíricos que resultaram da aplicação de questionário on-line e, por último as considerações finais.

CONCLUSÕES

Diante do desenvolvimento da pesquisa, foi possível apurar que apesar de haver intenção por parte do governo angolano e parceiros, de erradicar o analfabetismo, assegurar a educação no ambiente dos adultos e reduzir o atraso escolar por intermédio de dispositivos legais estratégicos que existem, entre os quais: LBSEE (Lei n.º 32/20), Plano de Estratégia Integrada Para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015, Estratégia de Relançamento da Alfabetização e a Recuperação do Atraso Escolar para o período 2006-2015, Plano de Acção para a Intensificação da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos—Plano EJA-Angola 2019-2022 (entre outros), o processo ainda carece de meios necessários para contornar a situação e melhorar o quadro atual. A começar, por exemplo, por atualizar os valores monetários investidos atualmente e destinados ao setor. Pois, segundo evidência (TCHITETELE, 2020), a grande escassez de investimentos é que tem acarretado variedade de problemas, principalmente para o contexto rural e do grupo de mulheres angolanas.

Por outro lado, é recomendável que se acompanhe atentamente os trabalhos desenvolvidos concernente à seleção e contratação de professores, uma vez que a modalidade sugere que o profissional seja capaz de conhecer e ter entendimento das especificidades que o ensino de adultos confronta. À vista disso, Paiva (2006) aponta que:

para formar professores para a EJA, é necessário reafirmar esse compromisso e propor a formação de professores solidariamente reflexivos, articulados na dinâmica dos movimentos sociais, em que o currículo perpassa as áreas do saber produzido no cotidiano e o conhecimento que a ciência e a tecnologia produzem, como o olhar ampliado na constituição de cidadãos e cidadãs de direitos à educação ao longo da vida, permitindo que as futuras gerações o façam (2006, p. 70).

Dantas (2019), por outro lado, chama a atenção para que se olhem as especificidades vividas pelos educadores de educação de jovens e adultos, uma vez que essa modalidade tende a levar em consideração os aspectos específicos dos sujeitos cursistas. Para Silva, Dantas e Amorim (2019), a EJA é um espaço que acolhe pessoas com histórias de vida construídas por pessoas de trajetórias singulares e de chefes de famílias, que encontram na modalidade a oportunidade de mudanças e de inserção social por intermédio do próprio contexto social.

Fávero (2006) fala da importância da educação como espaço de esperança, na qual as pessoas excluídas encontram nova chance para ter acesso as múltiplas informações e oportunidades que a vida ainda é capaz de oferecer. O autor, assim como Paiva (2006) defendem elementos essenciais para a orientação da formação dos princípios objetivos das propostas de formação dos educadores de jovens e adultos. O profissional deve se apoiar de conhecimentos especializados, enquanto atua no exercício prático da sua área de atuação. Contudo, constata-se que a reformulação e atualização da política que assegura as contratações de profissionais docentes que assumem a atividade de alfabetização e educação de adultos no país, é urgente e extremamente necessário.

Por outro lado, é necessário também ser melhorado o quadro escolar infraestrutural e ampliá-lo. Pois é provavelmente que superado essa questão e vazio, minimizam-se os problemas de super lotação nas salas de aulas, evasão além de proporcionar melhores condições de trabalho ao profissional docente e cursantes. Realizados esse ajuste, provavelmente haverá maior motivação por parte dos profissionais, técnico administrativos e alunos/as. Conforme elucidado, a modalidade ainda carece de melhores condições estruturais e materiais (material didáticos etc.) e, recomenda-se essas questões principalmente seja para o contexto rural.

Ainda a respeito da evasão de profissionais docentes, é urgente que se realizem ajustes salariais na categoria no sistema de ensino angolano. Por outro lado, foi também possível averiguar que a ausência de políticas públicas de permanência faz parte do conjunto de graves problemas enfrentado no sistema de ensino angolano, considerando que

[...] dos 100 alunos no meio urbano que ingressam no Ensino Primário só cerca de 70% é que conclui a 6.^a Classe; para o meio rural esse indicador ainda é mais preocupante, porquanto dos 100 alunos só cerca de 50% é que concluem a 6.^a Classe. Quando nos reportamos ao I Ciclo do Ensino Secundário, o cenário difere pouco: No meio urbano, dos 100% que se candidatam ao II Ciclo menos de 60% tem possibilidades de ingresso; no meio rural, as estimativas por defeito apontam que dos 100% menos de

30% tem possibilidades de ingresso (ANGOLA, 2019, p. 5041).

Os dados apontados são associados à desistência e abandono escolar, que ocorrem no sistema de ensino angolano no país. Dessa forma, a presente discussão reforça que a

[...] realidade sócio-educativa ilustra basicamente o quanto é preocupante a eficácia do Ensino Regular, cujas consequências directas recaem para o Subsistema de Educação de Adultos, o que pressupõe dizer que urge sanear e estabilizar o Ensino Regular para deixar de ser fonte de alimentação da Alfabetização e Educação de Adultos (ANGOLA, 2019, p. 5041).

Este país que no contexto mundial e particularmente na parte da região África subsariana, sempre apresentou elevados níveis de pessoas iletradas e com baixa escolarização, além de possuir cidadãos com baixo nível escolar e qualificação adequada a exercer a profissão de professor. Apesar disso, quer a discussão literária que serve de embasamento nas diferentes discussões, quer os dados analisados na presente dissertação, mostram que apesar da situação não ser das melhores o Estado/governo tem realizado atividades e abrir parcerias quer nacional e internacionalmente, para trazer respostas para combater as defasagens que no domínio político, social, cultural incluindo o setor da educação. De modo sumário, a discussão visou espelhar os instrumentos legais implementados no contexto da sociedade angolana, especificamente no que toca a alfabetização e a educação de adultos. Este um aspecto importante dos alcances desta investigação, que foi de documentar as políticas de alfabetização e adultos, o que permitiu situar elementos fundamentais para a compreensão da continuidade do processo escolar desses adultos por meio de políticas de Estado, como apontam tanto, o gestor do MED, como os documentos legais. Aponta-se como principal contribuição desta dissertação a possibilidade de ter sido analisado e documentado o cenário sobre esse contexto educativo, dos alcances para que se possam vislumbrar novas ações por parte da gestão educativa do país.

PALAVRAS-CHAVE: POLÍTICAS PÚBLICAS. ALFABETIZAÇÃO. EDUCAÇÃO DE ADULTOS EM ANGOLA.

REFERÊNCIAS

ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Assembleia Constituinte: Luanda, 2010.

ANGOLA. **Lei de Base do Sistema de Educação N° 13/01**. 31 de dezembro. Assembleia Nacional: Luanda, 2001.

ANGOLA. **Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino N° 17/16**. 7 de outubro de 2016. Assembleia Nacional: Luanda, 2016.

ANGOLA. **Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino N° 32/20**. 12 de agosto de 2020. Assembleia Nacional: Luanda, 2020.

ANGOLA. Ministério da Educação. *Estratégia Integrada Para a Melhoria do Sistema de Educação 2001–2015*. Luanda, 2001.

ANGOLA. **Plano de Acção para a Intensificação da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos**. Diário da República, Luanda, 2019.

ANGOLA. *Estratégia de Relançamento da Alfabetização e a Recuperação do Atraso Escolar para o período 2006-2015*. Diário da República, Luanda, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa/PT: Edições 70, 1977.

CURIMENHA, Marcelino Mendes. **Um olhar sobre a mudança de sentido e o sentido da mudança na alfabetização angolana**. Uberlândia/MG: Rev. Ed. Popular, 2019.

DANTAS, Tânia Regina. A formação de professores em educação de jovens e adultos (EJA) na perspectiva da inclusão social. Canoas/RS: Revista de Educação, Ciência e Cultura, 2019.

FÁVERO, Osmar. Formação continuada dos professores do Programa de Educação de Jovens e Adultos do município do Rio de Janeiro. In: Formação de educadores de jovens e adultos/organizado por Leôncio Soares. Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MENDES, Carolina; JOSÉ, Matias Alves; CARVALHO, Paulo de. **A governança educativa local: a alfabetização pelas direções provinciais em Angola**. UCP- Faculdade de Educação e Psicologia. Porto/PT, 2015.

NDOMBELE, Eduardo David. **Gestão de multilinguismo em Angola: reflexões sobre o ensino de línguas angolanas de origem bantu na província do Uíge**. São Paulo: Verbum, 2017.

PATATAS, Teresa de Jesus Portelina Almeida. **A “realidade” e as esperanças dos estudantes da escola superior politécnica do Namibe, Angola**. 2016. Tese (Doutorado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Lisboa/Portugal.

PAIVA, Jane. Concepções e movimentos pela formação de pedagogos para a Educação de Jovens e Adultos na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. In: Formação de educadores de jovens e adultos/organizado por Leôncio Soares. —Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica**. In: GERHARDT, Tatiam Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). Métodos de Pesquisas. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, Tâmara Fonseca da; DANTAS, Tânia Regina; AMORIM, Antônio. Ser professor de Educação de Jovens e Adultos: a formação docente na concepção freiriana. Belém/PA: Revista Cocar, 2019.

TCHITETELE, Faustino. Alfabetização de adultos no mundo rural em Angola o caso do município de Caluquembe-Cola. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa/PT.

